



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 24 DE JULHO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS VII_SEMANA XXXI

ATOS DO PODER EXECUTIVO:



10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO nº 58, de 22 de julho de 2025.

Convoca a 10ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de IGARACY/PB.

O Prefeito Municipal de Igaracy-PB, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a 10ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 28 de julho de 2025, tendo como tema central: **"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"**, abordando os seguintes eixos temáticos:

- Eixo 1:** Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;
- Eixo 2:** Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;
- EIXO 3:** Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- EIXO 4:** Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;
- Eixo 5:** Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência de Assistência Social, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social ou ainda, dos recursos do Índice de Gestão do SUAS e do Índice de Gestão do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) para fomento à participação social, com o apoio técnico e operacional aos Conselhos de Assistência Social, à organização e à realização de conferências de Assistência Social

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Igaracy-PB, 22 de julho de 2025.

Ednailton Sabino

Prefeito

Regina Lopes de Andrade

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Igaracy/PB.

RESOLUÇÃO CMAS N.º 02/2025

"Dispõe sobre a Criação da Comissão de organização da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social ano 2025."

O Conselho Municipal de Assistência Social de Igaracy-PB, em reunião ordinária no dia 18 de julho de 2025, no uso das atribuições conferidas pela sua Lei Municipal nº 570/2019.

Resolve:

Art. 1º - Criar a Comissão para a realização da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de Igaracy-PB a realizar-se no dia 28 de julho de 2025, conforme estabelecido na Resolução CNAS/MDS nº 174, de 14 de novembro de 2024 que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social em conformidade com o tema **"20 anos do SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência"**, garantindo a acessibilidade dos participantes.

Conforme descrito a seguir:

- 1- Regina Lopes de Andrade (Titular/Sociedade Civil)
- 2- Maria de Fátima Cavalcante Silva (Suplente/Sociedade Civil)
- 3- Rudimélia de Andrade Lopes (Titular/Sociedade Civil)
- 4- Alzenir França da Silva (Suplente/ Sociedade Civil)
- 5- Joelio Raimundo de Andrade (titular/Governo)
- 6- Rita de Cássia Lima da Silva (Suplente/Governo)
- 7- Ravila Raiza Rodrigues Filho (titular/Governo)
- 8- Carlos Adriana Pinto Moura (Suplente/Governo)

Art. 2º- Os casos omissos serão tratados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Igaracy-PB, 22 de julho de 2025.

Regina Lopes de Andrade

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Igaracy/PB.



DECRETO MUNICIPAL Nº 60/2025

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município e normas correlatas.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, previsto no Artigo 6º da Lei Municipal nº 655/2023, que dispõe sobre o primeiro plano decenal da primeira infância, na § 1º e § 2º com a finalidade de realizar o monitoramento e avaliação do Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância conjuntamente com as demais políticas públicas setoriais voltadas ao atendimento dos direitos das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e suas famílias.

Art. 2º O Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância deverá zelar pelo cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos:

- I - promoção e priorização do atendimento das populações mais vulneráveis;
- II - envolvimento das famílias e da sociedade na valorização e no cuidado da primeira infância;
- III - atendimento de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias em situação de vulnerabilidade, de forma integral e integrada;
- IV - implantação de padrões de qualidade para o atendimento da primeira infância, considerando o desenvolvimento da criança e a especificidade de cada serviço;
- V - garantia da formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à primeira infância;
- VI - promoção da gestão integrada dos serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

Art. 3º O Comitê Gestor Intersetorial ora instituído será composto pelos seguintes órgãos municipais, representados por seus titulares e suplentes:

- I - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II - Secretaria Municipal de Educação;

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



III - Secretaria Municipal da Saúde;

§1º Caberá à Secretaria de Assistência Social coordenar o Comitê Gestor Intersetorial, bem como fornecer o apoio técnico-administrativo e os meios necessários ao seu funcionamento.

§ 2º O Comitê Gestor Intersetorial reunir-se-á periodicamente, mediante convocação de seu coordenador.

§ 3º O Comitê Gestor Intersetorial poderá convidar representantes de outros órgãos, conselhos de direitos e de controle social, entidades públicas e privadas e especialistas nos assuntos tratados pelo colegiado para contribuir com a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância:

- I - atualizar o Plano Municipal da Primeira Infância sempre que necessário
- II - promover a priorização do atendimento das populações mais vulneráveis;
- III - monitorar e avaliar a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância;
- IV - preservar a lógica intersetorial na execução das ações setoriais, articulando os programas, ações e serviços;
- V - promover a existência, divulgação e observância de padrões de qualidade dos serviços para a primeira infância;
- VII - elaborar os relatórios conforme a periodicidade que serão utilizados nos ciclos de avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância;

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, em apoio ao Comitê Gestor Intersetorial:

- I - estruturar e coordenar a sistemática de monitoramento e avaliação da execução da Política, implementando o Painel Integrado de Ações e Indicadores;
- II - promover a integração, tratamento e difusão de dados e informações sobre as ações da Política e seus beneficiários, visando seu monitoramento permanente, instituindo ferramentas como o cadastro unificado de beneficiários e protocolos integrados de atendimento;
- III - zelar pela definição de indicadores que permitam avaliar o impacto da Política, quando adequada;
- IV - dar transparência à execução da Política por meio da prestação de contas periódica e aberta ao público em geral;
- V - pautar as ações de comunicação social sobre o tema.

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br
R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB
igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 24 DE JULHO DE 2025

ANO XXVIII MÊS VII SEMANA XXXI



Art. 6º O Comitê Gestor Intersetorial será complementado pelos seguintes órgãos:

- I - Secretaria Municipal de Cultura;
II - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo;
III - Secretaria de Chefia de Gabinete;
IV - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
V - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos;
VI - Secretaria Municipal de Infraestrutura;
VII - Conselho Tutelar
VIII - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
IX - CRAS/SCFV,
X - PCF/SIJAS

Parágrafo único. Os órgãos e autoridade a que se refere o "caput" deste artigo desenvolverão programas e ações que impactem direta ou indiretamente a primeira infância, participando das reuniões e deliberações sobre a execução da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância conforme calendário estabelecido pelo próprio Comitê Gestor Intersetorial.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de julho de 2025.

*Dê ciência,
Publique-se*

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

R. Pedro Lopes Brasileiro s/n - Centro - CEP: 58775-000
 igaracy.pb.gov.br admin@igaracy.pb.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

OFICIO GG 296

João Pessoa, 14 de julho 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ednailton Sabino da Silva
Prefeito do Município de Igaracy

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicito os préstimos no sentido de autorizar a renovação da cessão junto ao Governo do Estado da Paraíba da servidora **Maria Carneiro de Almeida Vieira Lopes**, matrícula nº 1596, Psicopedagoga, lotada na Secretaria de Educação desse município, com ônus para essa Prefeitura, pelo prazo de 01 (um) ano, para que a mesma possa continuar exercendo o cargo em comissão de Diretor Escolar da ECI Joselita Brasileiro, localizada nesse município, pertencente a Secretaria de Estado da Educação.

Atenciosamente,

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

Avenida Presidente Epifânio Pessoa, nº 3.883 - Miramar - João Pessoa
CEP: 58.033-900 E-mail: caso@epifanio.pb.gov.br - Telefone: (83) 3316-8011



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY
Assessoria Jurídica do Município

Processo Administrativo (PA) n° 34 /2025

Assunto: CEDÊNCIA.

Assunto: CEDENCIA
Interessado: MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA VIEIRA LOPES

PARECER

CESSÃO DE SERVIDOR - ATO ADMINISTRATIVO AFETO AOS PRINCÍPIOS DA OPORTUNIDADE E DA CONVENIÊNCIA - APLICAÇÃO DO REGRAMENTO CONTIDO NA LEI MUNICIPAL Nº 561/2019 - INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL - SOLICITAÇÃO DE AUTORIDADE COMPETENTE - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS - OPINAMOS PELO DEFERIMENTO

Cuida-se de procedimento acerca da cedência da servidora MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA VIEIRA LOPES que é vinculado a esta administração municipal e que o ente federado ESTADO DA PARAÍBA externou o interesse realizar o ato administrativo que vincule a funcionária pública a aquele ente público.

Consta nos autos o Ofício nº GG nº 296, de 14 de julho de 2025, onde o Governador de Estado, João Azevedo Lins Filho, manifesta o interesse para que a

servidora municipal mencionada fosse cedida para permanecer na função de Diretora Escolar.

O Secretário de Administração apresentou uma Cota onde solicitou manifestação desta Assessoria.

É a sinopse do relatório. Passo a opinar.

Tem-se que a servidora MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA VIEIRA LOPES é de provimento efetivo e a motivação apresentada pelo órgão cessionário é que permaneça a mesma na função de Diretora Escolar de forma a materializar a ruptura da continuidade administrativa existente.

De outra sorte, tem-se que o instrumento da cessão de servidores é alicerçado na cooperação entre os entes federados justamente para viabilizar o fluxo de integração, aperfeiçoamento de condutas, amoldamento a novas práticas governamentais etc... de forma que o exercício das funções no Estado da Paraíba acarretará um considerável momento de aprendizado a servidora que terá acesso e vivenciará a lógica operacional administrativa da rede estadual no gerenciamento de condutas, cuja capacitação será absorvida pelo município quando a mesma retomar de sua cessão administrativa.

Ademais, o art. 1º da Lei Municipal nº 561/2019 deixa claro que os postulados da oportunidade e da conveniência administrativa estão dentre os motivos fundantes da decisão do alcaide, razão pela qual o critério da discricionariedade é válvula propulsora do mencionado ato decisório.

Reprise-se que o município que será beneficiado com a cessão e a pretensão administrativa pode ser legitimamente deduzida por instrumento capaz de reluzir os atos do processo de desconcentração administrativa.

EDIÇÃO ORDINÁRIA**INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97**

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

 admin@igaracy.pb.gov.br
 R. Manoel Batista dos Santos s/n.
 Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB
 igaracy.pb.gov.br





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 24 DE JULHO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS VII_SEMANA XXXI

Além do mais, entendimento em sentido da regularidade do procedimento importar em patente adequação ao princípio da legalidade.

Observa-se, então, que a Administração municipal está procedendo a cessão em situação prevista em lei específica.

Tem-se que a relação entre o servidor e a administração é pautada na possibilidade do Ente organizar o quadro de seus servidores em virtude da estrutura do Direito Administrativo se fundar na perspectiva de que as relações mantidas entre a Administração e seus funcionários não se baseiam em qualquer vínculo puramente privado, dito **contratual**; no âmbito da Administração todas as relações com os servidores são marcadas pela natureza **institucional** do vínculo.

É a materialização do que a doutrina e a jurisprudência chamam de primado da legalidade, consoante a lição de Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil ou criminal, conforme o caso.

(...).

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "poder fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim". (in Direito Administrativo Brasileiro, 25ª edição, p. 82).

DA CONCLUSÃO

EX POSITIS e nos termos do enredo acima colacionado OPINAMOS pela REGULARIDADE da CESSÃO porquanto estão preenchidos os requisitos legais consoante restou delineado acima.

É o parecer, s.m.j.

Igaracy-PB., 18 de julho de 2025.

Francisco de Assis Remigio II

Francisco de Assis Remigio II
ASSESSOR JURÍDICO
OAB-PB 9464

Ofício nº 118/2025

Igaracy-PB, 18 de julho de 2025.

A

Sua Senhoria o senhor
João Azevedo Lins Filho
Governador do Estado da Paraíba
Gabinete do Governador
João Pessoa-PB

Assunto: Resposta ao Ofício GG nº 296/de 14.7.2025

Senhor Governador

Ao tempo em que apresentamos as nossas congratulações exordiais, em resposta a missiva oficial acima mencionada vimos manifestar o interesse na CESSÃO da servidora pública sra. **MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA VIEIRA LOPES** na forma que consta na mencionada missiva oficial, ficando o ônus financeiro para esta Prefeitura.

Informamos que a cedência está sendo instrumentalizada em face a prerrogativa do art. 1º da Lei Municipal nº 561/2019, servindo o Ofício enviado por Vossa Senhoria e este que é resposta como Termo de Cessão apto a validar este instrumento de cooperação administrativa.

Sem mais para o momento, despedimo-nos, renovando os nossos elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

EDNAILTON SÁBINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

Em branco

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

